



Convocatória

TELMO MANUEL MACHADO PINTO, Presidente da Junta de Freguesia, no uso da competência que lhe foi delegada em reunião de executivo da Junta de Freguesia realizada em 15/10/2013 e em cumprimento do estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e ao abrigo do Regimento da Junta de Freguesia, convoco a **Reunião Extraordinária do Executivo nº.207**, a realizar no próximo dia **11 de setembro de 2017**, pelas **18h00**, no Gabinete do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, no Centro Autárquico de Quarteira, na Rua Vasco da Gama, n.º 85 r/c.

Ordem de Trabalhos:

- Ponto Um* - **Análise de Convites para Procedimentos de Ajuste Directo;**
- Ponto Dois* - **Emissões de Alvarás – Cemitério;**
- Ponto Três* - **Análise de Pedidos de Apoio Social;**
- Ponto Quatro* - **Outros Assuntos.**

Quarteira, 01 de Setembro de 2017

O Presidente da Junta de Freguesia

Telmo Manuel Machado Pinto



[Handwritten signature]

JJ Semolina
[Handwritten signature]

ACTA Nº. 207

-----Ao décimo primeiro dia do mês de setembro de dois mil e dezassete, reuniram-se no Edifício da Junta de Freguesia de Quarteira, pelas vinte e uma horas, o Presidente – Sr. Telmo Manuel Machado Pinto, o Secretário - Sr. Eduardo Manuel Graça Amador, o Tesoureiro - Sr. Jorge Manuel Domingues Guerreiro e os Vogais – Sr.ª Sónia Alexandra dos Santos Neves e o Sr. David Jorge Costa Pimentel.-----

Com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um - Convites para Procedimentos de Ajuste Directo:-----

Ponto 1.1 - N.º 17/2017 – Serviço de “Manutenção de Software”.-----

Ponto 1.2 - N.º 18/2017 – Serviço de “Aquisição de Serviços de Contabilista Certificado”.-----

Ponto 1.3 - N.º 19/2017 – Serviço de “Aquisição de Paineis para a Entrada de Quarteira”.-----

Ponto 1.4 - N.º 8/2017 – Serviço de “Reparação de Pavimentos em Calçada, Pavê e Lajetas, incluindo a Colocação de Caleiras Sumidouros”.-----

Ponto Dois - Cemitério: Emissão de Alvarás.-----

Ponto Três - Apoio Social.-----

Ponto Quatro - Protocolo Existir.-----

Ponto Cinco - Acordo Coletivo de Empregador Público.-----

Ponto Seis - Contrato de Aquisição de Serviços Auxiliares de Escritório.-----

Presidiu aos trabalhos o Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira.-----

Ponto Um - O Executivo da JFQ, analisou e deliberou por unanimidade:-----

Ponto 1.1 - Adjudicar o “Serviço de manutenção de Software”, à sociedade “Fresoft – Soluções Informáticas Lda.” pelo valor de 3.078,40 € + IVA, conforme procedimento por Ajuste Direto para aquisição de bens ou serviços n.º 17/2017.-----

Ponto 1.2 - Adjudicar a “Aquisição de Serviços de Contabilista Certificado”, à sociedade “Luís Miguel Sousa Cadete, Unipessoal, Lda.” pelo valor de 2.440,00 €+ IVA, conforme procedimento por Ajuste Direto para aquisição de bens ou serviços n.º 18/2017.-----

Ponto 1.3 - adjudicar a “Aquisição de painéis para a entrada de Quarteira”, à sociedade “Touch Concept – Decoração de Espaços, Lda” pelo valor de 32.060,00 € + IVA, conforme procedimento por Ajuste Direto para aquisição de bens ou serviços n.º 19/2017.-----

Ponto 1.4 - Convidar para o Ajuste Direto da obra de “Reparação de pavimentos em calçada, pavê e lajetas, incluindo a colocação de caleiras sumidouros”, a sociedade “Vieru & Rosca – Construção Civil, Lda.”, pelo valor base de 35.000,00 € + I.V.A., conforme procedimento de Ajuste Direto de empreitada n.º 8-2017. Se a proposta do empreiteiro se enquadrar dentro de



JH
Simpsons

todos os parâmetros legais e do caderno de encargos, delibera por unanimidade o executivo que a obra será adjudicada dentro dos prazos legais.-----

Ponto Dois - O executivo da JFQ, analisou e deliberou por unanimidade:-----

Ponto 2.1 - A venda de um Ossário nº.36, Secção F, pelo montante de 410,00€, à Sr.ª Conceição Estevam Nicolau da Costa Fernandes, conforme alvará nº.401/2017.-----

Ponto 2.2 - A venda de um Ossário nº.23, Secção F, pelo montante de 410,00€, à Sr.ª Yin Yit Hing Show, conforme alvará nº.402/2017.-----

Ponto 2.3 - A venda de uma Catacumba nº.33, Secção L, pelo montante de 1.160,00€, ao Sr. Paulo Jorge Rocha Bota, conforme alvará nº.403/2017.-----

Ponto Três - O executivo da JFQ, analisou e deliberou por unanimidade, atribuir subsídio no montante de 101,07€ para pagamento da fatura da EDP, conforme processo 118/2017⁽¹⁾.-----

Ponto Quatro - O Executivo da JFQ, analisou e deliberou por unanimidade, deferir o pedido da EXISTIR - Associação para a Intervenção e Reabilitação de Populações Deficientes e Desfavorecidas - URPE, uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, disponibilizando um posto de formação prática em contexto de trabalho, ao Nuno Miguel Gomes Correia de Sousa, residente em Quarteira, na área administrativa, pelo período de 11 e setembro a 31 de dezembro de 2017, de acordo com o protocolo em anexo. A formação não irá acarretar quaisquer encargos financeiros para a JFQ, sendo a atribuição do subsídio de formação, de alimentação e o seguro de acidentes pessoais da inteira responsabilidade da EXISTIR ⁽¹⁾.-----

Ponto Cinco - O executivo da JFQ, analisou e deliberou por unanimidade, aprovar o Acordo Coletivo de Empregado Público, estabelecido entre a Junta de Freguesia de Quarteira e o SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, de acordo com o documento em anexo.-----

Ponto Seis - O executivo da JFQ, analisou, e deliberou por unanimidade aprovar o contrato de aquisição de Serviços Auxiliares de Escritório para dar cumprimento ao artigo 127º do Código dos Contratos Públicos, que obriga à publicitação dos ajustes diretos para contratos de qualquer valor e a sua eficácia só ocorre a partir desse momento, ou seja, apenas se poderá realizar pagamentos após essa publicitação. Nesse sentido, torna-se estritamente necessário contratar um prestador de serviços, dado que a JFQ não apresenta recursos humanos em número suficiente para fazer face a essa tarefa suplementar. O valor remuneratório será equivalente ao



valor máximo de 2.520,00€ + IVA, dividido pelo número de meses de duração do contrato (13 de setembro a 31 de dezembro de 2017),-----

Nada mais havendo a tratar, pelas 23h00 deu o Presidente por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida, aprovada e assinada por todos os elementos presentes.-----

O Presidente, _____

[Handwritten signature]

O Secretário, _____

[Handwritten signature]

O Tesoureiro, _____

[Handwritten signature]

O 1º Vogal, _____

[Handwritten signature]

O 2º Vogal, _____

[Handwritten signature]

(1) No âmbito das competências definidas nas alíneas o), t), u) e v) do n.º 1 do artigo 16 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO DE FORMAÇÃO PRÁTICA EM CONTEXTO DE TRABALHO

Primeiro Outorgante: Existir – Associação para a Intervenção e Reabilitação de Populações Deficientes e Desfavorecidas – URPE, como Entidade Promotora, pessoa colectiva número 503394904, com sede na Rua Assis Esperança, N.º 7, 8100-553 Loulé, representada neste acto por João Baptista Gomes Monteiro e Ruben Damião Pedro Cavaco, como representantes da Direção;

e

Segundo Outorgante: Junta de Freguesia de Quarteira, como entidade enquadradora, pessoa coletiva número 501181768, com sede na Rua Vasco da Gama, nº 85, R/C, 8125-256 Quarteira, representado neste acto por Telmo Manuel Machado Pinto, na qualidade de Presidente;

e

Terceiro Outorgante: Nuno Miguel Gomes Correia de Sousa, formando da área de Pré-impressão da Associação Existir, n.º de Identificação Civil 12630205 7 zy4, contribuinte n.º 224042971, residente em Bairro Social da Checul Lote 47, 8125-633 Quarteira, é ajustado o presente protocolo de cooperação de estágio, o qual se rege pelas seguintes cláusulas;

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Protocolo tem como objectivo regular as condições de cooperação entre as entidades signatárias na formação do formando Nuno Miguel Gomes Correia de Sousa, na Junta de Freguesia de Quarteira, pelo período compreendido entre 11 de Setembro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017.

O presente Protocolo de cooperação entre os outorgantes visa a concessão, por parte do 2º Outorgante, de condições que permitam a realização de uma acção profissional de carácter temporário, a curto prazo e de forma não continuada, ao mencionado formando, podendo esta ser interrompida por qualquer das partes, se existirem motivos válidos que o justifiquem.

Cláusula 2.ª - Enquadramento

Esta acção de formação está ao abrigo do regulamento definido pelo MQPDI – Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade, nos termos do disposto no capítulo II, decreto-lei n.º 108/2015, de 17 de Junho.

Cláusula 3.ª – Horário da acção

O horário a cumprir será fixado pelo 1º, 2º e 3º Outorgantes de acordo com o regulamento, pelo programa que o financia.

Cláusula 4.ª – Mecanismos de acompanhamento

Será feita uma reunião de avaliação periódica, na qual estarão presentes: o Técnico de Acompanhamento e Formação em Empresa, da Existir e o Responsável pela Junta de Freguesia de Quarteira.

Cláusula 8.ª – Disposições finais

O Protocolo poderá ser denunciado por qualquer um dos outorgantes, com a antecedência mínima de 30 dias, sempre que se verifique incumprimento do presente, pelo outro outorgante. No entanto, tal só deverá acontecer se, manifestamente, se encontrarem esgotadas as possibilidades de continuar a manter-se o Protocolo.

Loulé, 11 de Setembro de 2017

Pela Existir

O Presidente

(João Baptista Gomes Monteiro)

Pela Junta de Freguesia de Quarteira

O Presidente

(Telmo Manuel Machado Pinto)

O Tesoureiro

(Ruben Damiano Pedro Cavaco)

O Formando

(Nuno Miguel Gomes Correia de Sousa)

#20
11.09.2018

Acordo Coletivo de Empregador Público para a Junta de Freguesia de Quarteira

PREÂMBULO

Considerando que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei nº. Lei nº 35/2014, de 20 de junho, define um conjunto de matérias que podem ser objeto de regulamentação coletiva de trabalho;

Considerando que a Junta de Freguesia de Quarteira, empenhada na maior eficácia e eficiência dos seus serviços, entende que a matéria da organização e duração do tempo de trabalho é merecedora de concreto ajustamento à realidade e especificidades próprias, justificando a celebração de Acordo que introduza o necessário ajustamento dos períodos de duração, semanal e diária de trabalho, às concretas necessidades e exigências dos serviços, proporcionando, em simultâneo, melhores condições de trabalho e de conciliação entre a vida profissional e pessoal dos seus trabalhadores, elevando, desse modo, níveis de motivação e produtividade,

É estabelecido, neste contexto, o presente Acordo Coletivo de Empregador Público, entre:

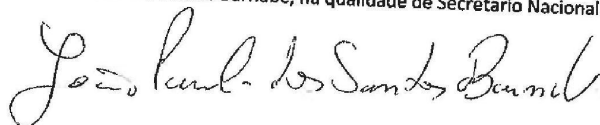
Pela Junta de Freguesia de Quarteira:

Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente),
Eduardo Manuel Graça Amador (Secretário),
Jorge Manuel Domingues Guerreiro (Tesoureiro),
David Jorge Costa Pimentel (Vogal) e
Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves (Vogal).

The block contains handwritten signatures and an official stamp. The stamp is circular with the text 'Junta de Freguesia de Quarteira' around the perimeter and a central emblem. There are two signatures: one above the stamp and one below it, both in dark ink.

Pelo SINTAP, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos:

João Paulo dos Santos Barnabé, na qualidade de Secretário Nacional e mandatário do SINTAP

A large, handwritten signature in dark ink, reading 'João Paulo dos Santos Barnabé'.

CAPÍTULO I
ÁREA, ÂMBITO E VIGÊNCIA

Cláusula 1ª

Âmbito de Aplicação

- 1 - O presente Acordo Coletivo de Empregador Público, abreviadamente designado por Acordo, aplica-se a todos trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas que exercem funções na Junta de Freguesia de Quarteira, filiados nos sindicatos subscritores, bem como a todos os outros que, independentemente da sua filiação sindical, não deduzam oposição expressa nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 370º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, doravante também designada por LTFP.
- 2 - Para cumprimento do disposto no n.º 2 da alínea g) do artigo 365º da LTFP, estima-se que serão abrangidos por este Acordo cerca de 16 trabalhadores.

Cláusula 2ª

Vigência, denúncia e sobrevigência

- 1 - O Acordo entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da sua Publicação na 2ª Série do Diário da República e vigora pelo prazo de um ano.
- 2 - Decorrido o prazo mencionado no número anterior, este Acordo renova-se sucessivamente por períodos de um ano.
- 3 - A denúncia e sobrevigência deste Acordo seguem os trâmites legais previstos no LTFP.

CAPÍTULO II

DURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO

Cláusula 3ª

Período normal de trabalho e sua organização temporal

- 1 - Nos termos e para efeitos do disposto no artigo 105º da LTFP, fixa-se como limite máximo de duração de horário de trabalho em trinta e cinco horas semanais e de sete horas diárias.
- 2 - Os trabalhadores não podem prestar mais de cinco horas consecutivas de trabalho e, em qualquer caso, mais do que nove horas de trabalho por cada dia de trabalho, incluindo nestas a duração de trabalho suplementar.
- 3 - A regra da aferição do cumprimento do período normal de trabalho é diária, sem prejuízo do horário flexível.
- 4 - O Empregador Público não pode alterar unilateralmente os horários de trabalho individualmente acordados.
- 5 - Todas as alterações de horários devem ser fundamentadas e precedidas de consulta aos trabalhadores abrangidos e aos delegados sindicais, sendo posteriormente afixadas as alterações no órgão ou serviço com a antecedência mínima de sete dias em relação à data de início da alteração.
- 6 - As alterações do horário de trabalho que impliquem acréscimo de despesas para os trabalhadores conferem-lhes o direito a uma compensação económica.
- 7 - Havendo trabalhadores no Empregador Público pertencentes ao mesmo agregado familiar, a fixação do horário de trabalho deve tomar sempre em conta esse facto.



8 – Os trabalhadores com idade superior a 50 anos poderão, se o requererem, ser dispensados do trabalho nocturno e por turnos, desde que daí não advenham graves prejuízos para o serviço.

Cláusula 4ª

Modalidades de horário de trabalho

São previstas as seguintes modalidades de organização temporal de trabalho:

- a) Horário rígido;
- b) Horário flexível;
- c) Jornada Contínua;
- d) Horário desfasado;
- e) Trabalho por turnos;
- f) Meia Jornada;
- g) Trabalho noturno;
- h) Isenção de horário de Trabalho.

Cláusula 5ª

Horários específicos

A requerimento do trabalhador e por despacho do dirigente máximo do serviço ou por quem tenha essa competência delegada, podem ser fixados horários de trabalho diferentes dos previstos na cláusula anterior, nomeadamente:

- a) Nas situações previstas no regime de parentalidade definido pelo Código de Trabalho, conforme definido no artigo 4º, alínea d) da LTFP;
- b) Aos trabalhadores-estudantes, nos termos previstos no Código do Trabalho, conforme definido no artigo 4º, alínea f) da LTFP
- c) Aos trabalhadores que exerçam funções que, pela sua natureza, não se enquadrem nos restantes horários definidos.

Os pedidos efetuados, não respondidos no prazo de 90 dias consecutivos, são automaticamente autorizados.

Cláusula 6ª

Horário rígido

Horário rígido é a modalidade de horário de trabalho em que o cumprimento da duração semanal se reparte por dois períodos de trabalho diário, com horas de entrada e de saída fixas, separadas por um intervalo de descanso, nos seguintes termos:

- a) Período da manhã – das 9 horas às 12 horas e trinta minutos;
- b) Período da tarde – das 14 horas às 17 horas e trinta minutos.

Cláusula 7ª

Horário flexível

1 – Entende-se por horário flexível aquele que permite ao trabalhador gerir os seus tempos de trabalho e a sua disponibilidade, escolhendo as horas de entrada e saída.



- 2 – A adoção da modalidade de horário flexível e a sua prática não podem afetar o regular funcionamento do órgão ou serviço, especialmente no que diz respeito às relações com o público.
- 3 – Não podem ser prestadas, por dia, mais de nove horas de trabalho, incluindo a duração do trabalho suplementar;
- 4 – A adoção de horário flexível está sujeita à observância das seguintes regras:
- a) A prestação de trabalho pode ser efetuada entre as 08 horas e as 20 horas, com dois períodos de presença obrigatória (plataformas fixas), das 10 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas;
 - b) A interrupção obrigatória de trabalho diário é de uma hora;
 - c) O cumprimento da duração de trabalho deve ser aferido ao mês.
- 5 – Os trabalhadores sujeitos ao cumprimento de horário flexível e em contrapartida do direito de gestão individual do horário de trabalho estão obrigados a:
- a) Cumprir as tarefas programadas e em curso, dentro dos prazos superiormente fixados, não podendo, em todo o caso, a flexibilidade ditada pelas plataformas móveis originar, em caso algum, inexistência de pessoal que assegure o normal funcionamento dos serviços;
 - b) Assegurar a realização e a continuidade de tarefas urgentes de contactos ou de reuniões de trabalho, mesmo que tal se prolongue para além dos períodos de presença obrigatória;
- 6 – No final de cada período de referência, há lugar:
- a) À marcação de falta, a justificar, por cada período igual ou inferior à duração média diária do trabalho;
 - b) À atribuição de créditos de horas, até ao máximo de período igual à duração média diária do trabalho.
- 7 – Relativamente aos trabalhadores portadores de deficiência, o débito de horas apurado no final de cada um dos períodos de aferição pode ser transposto para o período imediatamente seguinte e nele compensado, desde que não ultrapasse o limite de dez horas para o período do mês.
- 8 – Para efeitos do disposto no nº 6 da presente cláusula, a duração média do trabalho é de sete horas diárias e de trinta e cinco horas semanais, e, nos serviços com funcionamento ao sábado, o que resultar do regulamento interno de horários de trabalho.
- 9 – A marcação de faltas previstas na alínea a) do nº 6 é reportada ao último dia ou dias do período de aferição a que o débito respeita.
- 10 – A atribuição de créditos prevista na alínea b) do nº 6 é feita no mesmo período (mês) que confere ao trabalhador o direito aos créditos de horas é feita no mês seguinte àquele a que o respetivo crédito se reporta.

Cláusula 8ª

Jornada Contínua

- 1 – A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, excetuado um único período de descanso de 30 minutos que, para todos os efeitos, se considera como tempo de trabalho.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, a circular stamp, and the name 'Sammy' written vertically.

2 - A jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determinar uma redução do período normal de trabalho diário em uma hora.

3 - A jornada contínua pode ser autorizada nos seguintes casos:

- a) Trabalhador progenitor com filhos até à idade de 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica;
- b) Trabalhador adotante, nas mesmas condições dos trabalhadores progenitores;
- c) Trabalhador que, substituindo-se aos progenitores, tenha a seu cargo neto com idade inferior a 12 anos;
- d) Trabalhador adotante, ou tutor, ou pessoa a quem foi deferida a confiança judicial ou administrativa do menor, bem como o cônjuge ou a pessoa em união de facto com qualquer daqueles ou com progenitor, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o menor;
- e) Trabalhador - Estudante;
- f) Trabalhador com ascendente dependente a cargo;
- g) No interesse do trabalhador, sempre que outras circunstâncias relevantes, devidamente fundamentadas o justifiquem;
- h) No interesse do serviço, quando devidamente fundamentado.

4 - Os pedidos efetuados, não respondidos no prazo de 90 dias consecutivos, são automaticamente autorizados.

Cláusula 9ª

Horário desfasado

1 - O horário desfasado é aquele que, embora mantendo inalterado em cada dia e semana, respetivamente, o período normal de trabalho diário e semanal, permite estabelecer serviço a serviço ou para determinadas carreiras ou categorias, e sem possibilidade de opção, horas fixas diferentes de entrada e saída.

2 - Havendo conveniência de serviço, é permitida a modalidade de horário desfasado, designadamente nos sectores ou serviços que, pela natureza das suas funções, seja necessária uma assistência permanente a outros serviços, com períodos de funcionamento muito dilatados.

3 - O horário desfasado é aplicável mediante proposta fundamentada dos serviços ao dirigente máximo do serviço, ou ao dirigente em quem esta competência tenha sido delegada, ouvidas as associações sindicais.

4 - O estabelecimento do horário desfasado e a distribuição dos trabalhadores pelos respetivos períodos de trabalho, compete, após cumprimento dos pressupostos previstos no presente Acordo, ao dirigente do respetivo serviço, desde que tenha competência delegada para o efeito, que deve dar conhecimento à unidade orgânica responsável pelo controlo de assiduidade dos diferentes períodos de entrada e saída aplicáveis e dos trabalhadores abrangidos por cada um deles.



Clausula 10ª

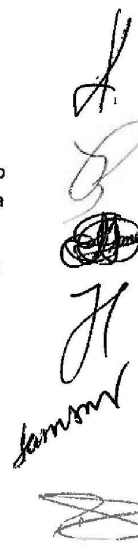
Meia Jornada

- 1 – A meia jornada consiste na prestação de trabalho num período reduzido em metade do período normal de trabalho a tempo completo a que se refere o artigo 105.º, sem prejuízo da contagem integral do tempo de serviço para efeito de antiguidade.
- 2 – A prestação de trabalho na modalidade de meia jornada não pode ter duração inferior a um ano, tendo a mesma de ser requerida por escrito pelo trabalhador.
- 3 – A opção pela modalidade de meia jornada implica a fixação do pagamento de remuneração correspondente a 60% do montante total auferido em regime de prestação de trabalho em horário completo.
- 4 – Podem beneficiar da modalidade de meia jornada os trabalhadores que reúnam um dos seguintes requisitos:
 - a) Tenham 55 anos ou mais à data em que for requerida a modalidade de meia jornada e tenham netos com idade inferior a 12 anos;
 - b) Tenham filhos menores de 12 anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica.
- 5 – A autorização para a adoção da modalidade de horário de trabalho em regime de meia jornada cabe ao superior hierárquico do trabalho em funções públicas.
- 6 – Em caso de indeferimento do pedido de autorização a que se refere o numero anterior, deve o superior hierárquico fundamentar claramente e sempre por escrito as razões que sustentam a recusa da concessão do horário de trabalho na modalidade de meia jornada.

Cláusula 11ª

Trabalho por turnos

- 1 – Considera-se trabalho por turnos qualquer modo de organização do trabalho em equipa em que os trabalhadores ocupem sucessivamente os mesmos postos de trabalho, a um determinado ritmo, incluindo o ritmo rotativo, que pode ser de tipo contínuo ou descontínuo, o que implica que os trabalhadores podem executar o trabalho a horas diferentes no decurso de um dado período de dias ou semanas.
- 2 – O trabalho pode ser prestado em regime de turnos e, dentro deste, sob a forma de jornada contínua.
- 3 – O trabalhador só pode ser mudado de turno após o dia de descanso semanal obrigatório, salvo acordo do trabalhador em sentido contrário.
- 4 – No horário por turnos os dias de descanso semanal, obrigatório e complementar, são os fixados nas respetivas escalas.
- 5 – Os dias de descanso, em cada período de sete dias, a que têm direito os trabalhadores que trabalham em regime de laboração contínua ou que assegurem serviços que não possam ser interrompidos, corresponderão ao sábado e domingo, pelo menos de quatro em quatro semanas.
- 6 – Os serviços obrigam-se a afixar com, pelo menos, um mês de antecedência, as escalas de turno a vigorar no mês seguinte.



7 – O intervalo para refeição tem uma duração mínima de trinta minutos, sendo considerado, para todos os efeitos, como tempo de trabalho efetivo, desde que o trabalhador permaneça, nesse período, no espaço habitual de trabalho ou próximo dele.

8 – Os intervalos para refeições devem, em qualquer caso, recair totalmente dentro dos períodos a seguir indicados:

- a) Almoço – entre as 12.00 e as 14.30 horas;
- b) Jantar – entre as 18.00 e as 21.00 horas;
- c) Ceia – entre as 02.00 e as 04.00 horas;

9 – Salvo o disposto no número seguinte, no período de tempo estabelecido para as refeições os trabalhadores podem ausentar-se dos seus locais de trabalho.

10 – Aos trabalhadores que não possam abandonar as instalações para tomarem as refeições, o Empregador Público obriga-se a facultar um local adequado para esse efeito.

11 – São permitidas trocas de turnos entre trabalhadores que desempenhem as mesmas funções, desde que sejam acordadas entre eles e previamente aceites pelos serviços e não originem a violação de normas legais imperativas;

12 – Não serão admitidos os pedidos de trocas de turnos que impliquem a prestação de trabalho, no dia de descanso semanal obrigatório ou impliquem a prestação de trabalho em turnos consecutivos no mesmo dia (das 00.00 horas às 24.00 horas).

13 – O trabalhador que comprove a impossibilidade de trabalhar por turnos, por motivos de saúde do próprio, pode solicitar a alteração da modalidade de horário, cumprindo o seguinte procedimento:

- a) A comprovação a que se refere o corpo deste número faz-se mediante parecer favorável quer do médico indicado pela Empregador Público, quer do médico do trabalhador;
- b) Se os pareceres dos médicos das partes se revelarem de conteúdo divergente, será pedido um novo parecer a um terceiro médico, designado de comum acordo entre a Empregador Público e o trabalhador, caso em que o respetivo parecer será vinculativo para ambas as partes.

14 – O regime de turnos é permanente quando o trabalho for prestado em todos os sete dias da semana, semanal prolongado quando for prestado em todos os cinco dias úteis e no sábado ou domingo e semanal quando for prestado apenas de segunda-feira a sexta-feira.

15 – O regime de turnos é total quando for prestado em, pelo menos, três períodos de trabalho diário e parcial quando for prestado apenas em dois períodos.

Cláusula 12ª

Trabalho noturno

1 – Considera-se trabalho noturno o trabalho prestado no período compreendido entre as 20 horas de um dia e as 07 horas do dia seguinte, para os trabalhadores inseridos nas seguintes carreiras e afetos às seguintes atividades:

- a) Carreira de assistente técnico;
- b) Carreira de assistente operacional;

2 – Considera-se trabalhador noturno aquele que realiza durante o período noturno uma certa parte do seu tempo de trabalho anual, correspondente a, pelo menos, duas horas por dia.



3 – O trabalhador noturno não pode prestar mais de 9 horas num período de 24 horas em que execute trabalho noturno.

4 – O Empregador Público obriga-se a afixar, com um mês de antecedência, as escalas de trabalho noturno para vigorar no mês seguinte.

Cláusula 13ª

Isenção de horário de trabalho

1 – Para além dos casos previstos no n.º 1 do artigo 117.º da LTFP ou noutras disposições legais, podem gozar da isenção de horário, mediante celebração de acordo escrito com a respetivo Empregador público, os trabalhadores Integrados nas seguintes carreiras e categorias:

- a) Técnico Superior;
- b) Coordenador técnico;
- c) Encarregado Geral Operacional;

2 – A isenção de horário de trabalho só pode revestir a modalidade da observância dos períodos normais de trabalho acordados, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 118.º da LTFP.

3 – Os trabalhadores isentos de horários de trabalho não estão sujeitos aos limites máximos dos horários de trabalho, mas a isenção não prejudica o direito aos dias de descanso semanal obrigatório, aos feriados obrigatórios, aos dias e meios-dias de descanso complementar e o período mínimo de descanso de onze horas seguidas entre dois períodos de trabalho diário consecutivos e ao pagamento de trabalho suplementar nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 118.º da LTFP.

4 – Ao trabalhador que goza de isenção de horário não podem ser impostas as horas do início e do termo do período normal de trabalho diário, bem como dos intervalos de descanso.

Cláusula 14ª

Trabalho Suplementar

1 – Considera-se trabalho suplementar todo aquele que é prestado fora do horário de trabalho.

2 – O trabalho suplementar pode ser prestado quando se destine a fazer face a acréscimos eventuais e transitórios de trabalho, que não justifiquem a admissão do trabalhador, ou em casos de força maior, ou ainda quando se torne indispensável para prevenir ou reparar prejuízos graves para o Empregador Público, carecendo sempre de autorização prévia, exceto por motivo de força maior.

3 – O trabalhador é obrigado à prestação de trabalho suplementar salvo quando, havendo motivos atendíveis expressamente solicite a sua dispensa.

4 – Não estão sujeitos à obrigação estabelecida no número anterior os trabalhadores nas seguintes condições:

- a) Trabalhador deficiente;
- b) Trabalhadora grávida, puérpera ou lactante e trabalhador com filhos ou descendentes ou afins de linha reta ou adotados com idade inferior a 12 anos ou portadores de deficiência;
- c) Trabalhador com doença crónica;
- d) Trabalhador-estudante, salvo em casos de força maior.



5 – A prestação de trabalho suplementar em dia normal de trabalho confere ao trabalhador o direito aos seguintes acréscimos, de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 162.º da LTFP:

- e) 50% da remuneração, na primeira hora ou fração desta;
- f) 75% da remuneração, nas horas ou frações subsequentes;
- g) 100% da remuneração, por cada hora de trabalho efectuado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar e em dia feriado.

6 – Por acordo entre o empregador público e o trabalhador, a remuneração por trabalho suplementar pode ser substituída por descanso compensatório, com a majoração reflectida no número anterior.

Cláusula 15ª

Limite anual da duração do trabalho suplementar

1 – O limite anual da duração do trabalho suplementar prestado nas condições previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 120.º do LTFP é de 200 horas.

Cláusula 16ª

Suplemento remuneratório de turno

1 – A prestação de trabalho em regime de turnos, desde que um dos turnos seja total ou parcialmente coincidente com o período noturno, confere direito à atribuição de um subsídio correspondente a um acréscimo remuneratório, calculado sobre a remuneração base, de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 25 % quando o regime de turnos for permanente total;
- b) 22 % quando o regime de turnos for permanente parcial e semanal prolongado total;
- c) 20 % quando o regime de turnos for semanal prolongado parcial e semanal total;
- d) 15 % quando o regime de turnos for semanal parcial.

2 – As percentagens fixadas para o subsídio de turno incluem a remuneração devida por trabalho noturno, mas não afastam a remuneração por trabalho suplementar e em dias de descanso, sempre que haja necessidade de prolongar o período de trabalho.

Cláusula 17ª

Interrupção Ocasional

1 – São consideradas como compreendidas no tempo de trabalho as interrupções ocasionais no período de trabalho diário:

- a) As inerentes à satisfação de necessidades pessoais inadiáveis do trabalhador;
- b) As resultantes do consentimento do Empregador Público;
- c) As ditadas por motivos técnicos, nomeadamente limpeza, manutenção ou afinação de equipamentos, mudança de programas de produção, carga ou descargas de mercadorias, falta de matéria-prima ou energia ou fatores climatéricos que afetem a atividade do órgão ou serviço;
- d) As impostas por normas especiais de higiene, saúde e segurança no trabalho;

2 – As interrupções ocasionais não podem dar origem a um dia completo de ausência do serviço e só podem ser concedidas desde que não afetem o funcionamento do serviço.



Cláusula 18ª

Registo de Assiduidade e Pontualidade

- 1 – A assiduidade e pontualidade é objeto de aferição através de registo biométrico ou, quando tal não seja viável, mediante inserção de código pessoal, no início e termo de cada período de trabalho, em equipamento automático que fornece indicadores de controlo ao próprio trabalhador e à unidade orgânica responsável pela gestão do sistema de controlo de assiduidade.
- 2 – A marcação da entrada e da saída de qualquer dos períodos diários de prestação de trabalho por outrem que não seja o titular, é passível de responsabilização disciplinar, nos termos da lei.
- 3 – A correção das situações de não funcionamento do sistema de verificação instalado, ou esquecimento do mesmo pelo respetivo trabalhador, ou ainda por prestação de trabalho externo, é feita na aplicação informática de registo de assiduidade.
- 4 – Nos serviços que não disponham de equipamento de registo de dados biométricos, a assiduidade e pontualidade é comprovada através da assinatura do trabalhador na Folha de Registo de Presença, à entrada e à saída, na qual deverá constar a respetiva hora.
- 5 – Os trabalhadores devem:
 - a) Registrar a entrada e a saída no equipamento próprio de controlo da assiduidade ou Folha de Registo de Presença, antes e depois da prestação de trabalho em cada um dos períodos de trabalho;
 - b) Utilizar o equipamento de registo segundo as informações da unidade orgânica responsável.



CAPÍTULO III

Tempos de não trabalho

Nos termos e para efeitos do disposto no ponto 5, artigo 126º da LTFP, fixa-se como tempos de não trabalho, os dispostos nas cláusulas seguintes, para os trabalhadores com a última avaliação homologada positiva, como recompensa do desempenho:

Cláusula 19.ª

Férias

- 1 – Os trabalhadores ao serviço da entidade empregadora têm direito a um período anual de férias remuneradas com a duração de 25 dias úteis.
- 2 – O período de férias previsto no número 1 acresce um dia útil de férias por cada 10 anos de serviço efectivamente prestado.
- 3 – O previsto no número 2 não acumula com o ponto 4 do artigo 126º da LTFP.
- 4 – Aos trabalhadores ao serviço da entidade empregadora, têm também direito, em cada ano civil, desde que possuam mais de um ano de serviço efetivo, ao acréscimo dos dias de férias de acordo com a seguinte regra:
 - a) Não acrescem dias úteis de férias - até completar 39 anos de idade
 - b) Acresce 1 dia útil de férias - até completar 49 anos de idade
 - c) Acresce 2 dias úteis de férias - até completar 59 anos de idade

d) Acresce 3 dias úteis de férias - a partir dos 59 anos de idade

5 - A idade relevante para aplicação da regra enunciada no ponto 4 é aquela que o funcionário ou agente completar até 31 de Dezembro do ano em que as férias se vencem.

Cláusula 20.ª

Duração Especial de Férias

1 - Ao trabalhador que goze a totalidade do período normal de férias vencidas em 1 de Janeiro de um determinado ano até 31 de Maio e/ou de 1 de Outubro a 31 de Dezembro é concedido, no próprio ano ou no ano imediatamente a seguir, consoante a sua opção, um período de 5 dias úteis de férias, o qual não pode ser gozado nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

2 - Sem prejuízo do disposto na parte final do número anterior, o período complementar de férias pode ser gozado imediatamente a seguir ao período normal de férias desde que não haja inconveniente para o serviço.

3 - O disposto no número 1 só é aplicado nos casos em que o trabalhador tenha direito a, pelo menos, 15 dias de férias não relevando, para este efeito, o período complementar previsto nesse número.

4 - O período complementar de 5 dias úteis de férias não releva para efeitos de atribuição de subsídio de férias.

5 - O disposto no número 1 é aplicado a todos os casos de acumulação de férias.

6 - As faltas por conta do período de férias não afeta o direito ao período complementar de férias, desde que as não reduzam a menos de 15 dias.

Cláusula 21.ª

Feriados e tolerâncias de ponto

1 - Para além dos feriados obrigatórios é ainda considerado como feriado o do Município de Loulé.

2 - A entidade pública signatária do presente acordo compromete-se ainda a dar as seguintes tolerâncias de ponto:

a) A terça-feira de Carnaval;

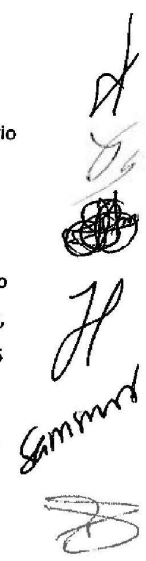
b) O dia 24 de Dezembro ou em alternativa o dia 26 de Dezembro;

c) O dia 31 de Dezembro ou em alternativa o dia 2 de Janeiro;

d) O dia de aniversário do trabalhador, desde que coincida com dia de trabalho.

3 - As tolerâncias de ponto obedecem ao seguinte regime:

a) Em função da natureza dos trabalhos a prestar, a entidade pública signatária do presente acordo poderá definir os sectores relativamente aos quais a tolerância será gozada em dia diferente, a fixar por esta.



b) Os trabalhadores que se encontrem ausentes, independentemente do motivo, não têm direito a qualquer compensação.

Cláusula 22.ª

Faltas por nojo

1 – As faltas por falecimento de cônjuge, parente ou afim, previstas na alínea b) do n.º 2 em conjugação com a alínea a) do n.º 4, ambas do artigo 134.º da LTFP, com remissão para a alínea b) do n.º 2 do artigo 249.º e artigo 251.º do Código do Trabalho, têm início, segundo opção do interessado, no dia do óbito, no do seu conhecimento ou no da realização da cerimónia fúnebre e são utilizadas num único período.

2 – O trabalhador pode faltar justificadamente até cinco dias consecutivos, por falecimento de cônjuge não separado de pessoas e bens ou de parente ou afim no 1.º grau na linha recta, e, até dois dias consecutivos por falecimento de outro parente ou afim na linha recta ou no 2.º grau da linha colateral.

3 – O trabalhador pode ainda faltar justificadamente no dia da cerimónia fúnebre de parente ou afim no 3.º ou 4.º graus.

CAPÍTULO IV

Segurança e saúde no trabalho

Cláusula 23.ª

Princípios gerais

1 – Constitui dever do Empregador Público instalar os trabalhadores em boas condições nos locais de trabalho, nomeadamente no que diz respeito à segurança, saúde no trabalho e prevenção de doenças profissionais.

2 - O Empregador Público obriga-se a criar e manter serviços responsáveis pelo exato cumprimento no disposto no número anterior, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

3 - O Empregador Público obriga-se a cumprir a legislação em vigor em matéria de prevenção da segurança e saúde no trabalho e manter os trabalhadores informados sobre as normas correspondentes.

Cláusula 24.ª

Deveres específicos do Empregador Público

O Empregador Público é obrigado a:

- a) Manter os edifícios, instalações, equipamentos e locais de trabalho em condições de higiene e segurança, conforme as disposições legais em vigor, para que os trabalhadores se encontrem protegidos contra riscos de acidentes e doenças profissionais;
- b) Instruir os trabalhadores quanto aos riscos que comportam as respetivas ocupações e às precauções a tomar;
- c) Promover a colaboração de todo o pessoal na realização e manutenção das melhores condições possíveis de segurança, Higiene e saúde;
- d) Promover a colaboração de todo o pessoal na realização e manutenção das melhores condições possíveis de segurança, higiene e saúde;
- e) Fornecer aos trabalhadores o equipamento individual de proteção que em função do trabalho que cada colaborador desempenha seja adaptado ao respetivo posto de trabalho,

- segundo se encontra definido por legislação aplicável, norma interna ou pelos serviços competentes;
- f) Dar o seu apoio à comissão de segurança, higiene e saúde e aos representantes eleitos dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde e conceder-lhes todas as facilidades para o cabal desempenho das suas funções;
 - g) Consultar a comissão de segurança, higiene e saúde e os representantes eleitos dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde sempre que as questões relativas a estas matérias o justifiquem;
 - h) Tomar as medidas ao seu alcance para dar seguimento às recomendações da comissão de higiene e segurança;
 - i) Fornecer aos trabalhadores as normas legais, convencionais e regulamentares sobre prevenção de segurança, higiene e saúde;
 - j) Em tudo quanto for omissivo nas alíneas anteriores, aplica-se o disposto na legislação aplicável.



Cláusula 25.ª

Obrigações dos trabalhadores

- 1 - Constituem obrigações dos trabalhadores:
 - a) Cumprir as prescrições de segurança e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais ou convencionais aplicáveis e as instruções determinadas com esse fim pelo Empregador Público;
 - b) Zelar pela sua segurança e saúde, bem como pela segurança e saúde das outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas ações ou omissões no trabalho;
 - c) Utilizar corretamente, e segundo as instruções transmitidas pelo Empregador Público, máquinas, aparelhos, instrumentos, substâncias perigosas e outros equipamentos de proteção coletiva e individual, bem como cumprir os procedimentos de trabalho estabelecidos;
 - d) Cooperar para a melhoria do sistema de segurança e saúde no trabalho;
 - e) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico as avarias e deficiências por si detetadas que se lhes afigurem suscetíveis de originarem perigo grave e eminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de proteção;
 - f) Em caso de perigo grave e eminente, não sendo possível estabelecer contacto imediato com o superior hierárquico, adotar as medidas e instruções estabelecidas para tal situação.
- 2 - Os trabalhadores não podem ser prejudicados por causa dos procedimentos adotados na situação referida na alínea f) do número anterior, nomeadamente em virtude de, em caso de perigo grave e eminente que não possa ser evitado, se afastarem do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa, ou tomarem medidas para a sua própria segurança ou a de terceiros.
- 3 - Se a conduta do trabalhador tiver contribuído para originar a situação de perigo, o disposto no número anterior não prejudica a sua responsabilidade, nos termos gerais.
- 4 - As medidas e atividades relativas à segurança e saúde no trabalho não implicam encargos financeiros para os trabalhadores, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar e civil emergente do incumprimento culposo das respetivas obrigações.

5 - As obrigações dos trabalhadores no domínio da segurança e saúde nos locais de trabalho não excluem a responsabilidade do Empregador Público pela segurança e a saúde daqueles em todos os aspetos relacionados com o trabalho.

Cláusula 26.ª

Equipamento individual

- 1 - Compete ao Empregador Público fornecer as fardas e demais equipamentos de trabalho, que sejam necessárias utilizar pelos trabalhadores, em função dos riscos profissionais a que estão expostos;
- 2 - Na escolha de tecidos e dos artigos de segurança, deve ser consultada a comissão de higiene e segurança, e deverão ser tidas em conta as condições climáticas do local e do período do ano, nos termos da legislação aplicável, e deve ter-se em conta a legislação específica para cada setor profissional.
- 3 - O Empregador Público suportará os encargos com a deterioração das fardas, equipamentos, ferramentas ou utensílios de trabalho, ocasionada por acidente ou uso inerente ao trabalho prestado.

Cláusula 27.ª

Medicina no trabalho

O Empregador Público promove a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontram expostos nos locais de trabalho, mediante serviços internos de medicina no trabalho.

Cláusula 28.ª

Locais para refeição

Sem prejuízo da existência de um refeitório geral, nos casos em que se revele indispensável, nomeadamente por motivos relacionados com a duração e horário de trabalho, o Empregador Público porá à disposição dos trabalhadores um local condigno, arejado e asseado, servido de água potável, com mesas e cadeiras suficientes e equipado com os eletrodomésticos que sejam minimamente necessários à confeção e aquecimento de refeições ligeiras.

Cláusula 29.ª

Divulgação

As partes obrigam-se a distribuir pelos trabalhadores que são abrangidos pelo presente acordo, bem como pelos que vierem a sê-lo, no respetivo ato de admissão, cópia do presente Acordo.

Cláusula 30.ª

Participação dos trabalhadores

- 1 - O Empregador Público compromete-se a reunir sempre que se justifique com as associações sindicais subscritoras para análise e discussão de aspetos que digam respeito aos trabalhadores.
- 2 - Os delegados sindicais têm direito a afixar no interior do órgão, serviço ou na página da intranet, em local e área apropriada, para o efeito reservado pelo Empregador Público, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativos à vida sindical e aos interesses socioprofissionais dos trabalhadores, bem como proceder à sua distribuição, mas sem prejuízo, em qualquer dos casos do funcionamento normal do órgão ou serviços.



Cláusula 31.ª

Resolução de conflitos coletivos

1 - As partes adotam, na resolução dos conflitos coletivos emergentes do presente Acordo, os meios e termos legalmente previstos de conciliação, mediação e arbitragem.

2 - As partes comprometem-se a usar de boa-fé na condução e participação nas diligências de resolução de conflitos coletivos, designado com prontidão os seus representantes e comparecendo em todas as reuniões que para o efeito forem marcadas.

11, de Setembro de 2017

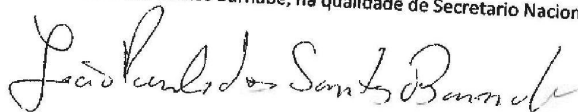
Pela Junta de Freguesia de Quarteira:

Teimo Manuel Machado Pinto (Presidente),
Eduardo Manuel Graça Amador (Secretário),
Jorge Manuel Domingues Guerreiro (Tesoureiro),
David Jorge Costa Pimentel (Vogal) e
Sónia Alexandra Martins Dos Santos Neves (Vogal).

The image shows a circular official stamp of the Junta de Freguesia de Quarteira. Overlaid on the stamp are several handwritten signatures in black ink. The names of the signatories are: Teimo Manuel Machado Pinto, Eduardo Manuel Graça Amador, Jorge Manuel Domingues Guerreiro, David Jorge Costa Pimentel, and Sónia Alexandra Martins Dos Santos Neves.

Pelo SINTAP, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos:

João Paulo dos Santos Barnabé, na qualidade de Secretário Nacional e mandatário do SINTAP

A handwritten signature in black ink, reading "João Paulo dos Santos Barnabé".



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS APOIO AOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

PARECER PRÉVIO VINCULATIVO

Em conformidade com os números 1 e 2 e 7 do artigo 51.º da Lei do Orçamento de Estado para 2017, e da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, os contratos de avença e tarefa necessitam de um parecer prévio por parte do Órgão Executivo, como é o caso da presente, considerando os requisitos e fundamentação que se seguem:

1 - Descrição do Contrato

De acordo com o artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, existe a obrigatoriedade de publicitação dos ajustes diretos para contratos de qualquer valor e a sua eficácia só ocorre a partir desse momento, ou seja, apenas poderemos realizar pagamentos após esta publicitação. Nesse sentido, torna-se estritamente necessário contratar um prestador de serviços, uma vez que não temos recursos humanos em número suficiente para fazer face a esta tarefa suplementar.

2 - Objeto do Contrato

O objeto de contrato prende-se com serviços de carácter recreativo correspondente ao CPV: 79500000-9 – Serviços Auxiliares de Escritório.

3 - Demonstração de Trabalho Não Subordinado

O prestador de serviços realizará o seu trabalho forma autónoma, não estando sujeito à disciplina e direção do Órgão Executivo, não sendo imposto o cumprimento de qualquer horário de trabalho.

4 - Inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público

Trata-se de um serviço ocasional, pontual e específico que não exige a constituição de vínculo de emprego público.

5 - Valor do contrato

O valor máximo do contrato é de € 2.520,00 € (dois mil e quinhentos e vinte euros), mais IVA à taxa legal em vigor, cujo valor será dividido pelo número de meses que durar o contrato.

6 - Declaração de Cabimento

A verba encontra-se cabimentada na orgânica 01 “Administração Autárquica” na rubrica 01 01 07 “Pessoal em regime de tarefa ou avença”



Quarteira
FREGUESIA

Freguesia de Quarteira

7- Indicação do procedimento e fundamentação

O procedimento pré-contratual é um ajuste direto regime simplificado ao abrigo do artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos.

8 - Prazo

Desde 13 de setembro a 31 de dezembro de 2017.

9 – Identificação da Entidade a Convidar

Nome: Rui Miguel Marques Rodrigues

NIF: 215 293 681

10 - Impedimentos à celebração do contrato

A entidade a convidar não se encontra na situação referida no n.º 2 do artigo 113.º do Código dos Contratos Público e as declarações comprovativas da situação contributária e contributiva serão solicitadas após adjudicação.

11 - Regime Legal Aplicável

Código dos Contratos Públicos; Orçamento de Estado; Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e demais legislação aplicável.

Submete-se à consideração do órgão executivo o parecer prévio e solicita-se autorização excecional para aumento da despesa dos encargos com as aquisições do ano 2016, ao abrigo do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2017, atendendo à urgência e necessidade disseminação e implementação do SNC-AP sustentado pela Portaria 128/2017 de 5 de abril.

Quarteira, 11 de setembro de 2017.

O Presidente

Aprovado por deliberação do Órgão Executivo em reunião do dia 11/09/2017.



FREGUESIA DE QUARTEIRA

Folha de Cabimentação

Nº Cabimento: 1230

Data Registo: 15-09-2017

Class. Orgânica: 010000 Administração Autárquica

Class. Económica: 0101070000 Pessoal em regime de tarefa ou avença

Projeto e Acção:

Ano: 2017

Data Documento: 15-09-2017

Descrição: APOIO AOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS. PUBLICITAÇÃO DOS CONTRATOS NO PORTAL BAS

1	Orçamento Inicial	61.700,00
2	Reforços/Anulações	63.000,00
3	Orçamento Corrigido	124.700,00
4	Despesas Pagas	80.440,83
5	Encargos Assumidos (Cabimentos)	36.444,80
6	Saldo Disponível do Orçamento	7.814,37
7	Despesa Emergente, que fica cativa	2.520,00
8	Saldo Residual do Projeto	
9	Saldo Residual	5.294,37

RESPONSÁVEL